

Revista Iberoamericana de Turismo



HOSPITALIDADE, QUALIDADE DE VIDA, CIDADANIA, URBANIDADE: NOVAS E VELHAS CATEGORIAS PARA A COMPREENSÃO DA HOSPITALIDADE URBANA

Lucio Grinover

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, Brasil. Pós-Doutor em Assentamentos Humanos pela FFSH/Unesco, França.
Professor da Universidade de São Paulo, Brasil.
Email: grinover@usp.br

Resumo

O ensaio pretende colocar em discussão os elementos básicos e os componentes para entender a cidade como lugar da hospitalidade urbana. Também procura a gênese da cidade contemporânea e as categorias de análise que, a partir da acessibilidade, legibilidade e identidade, instituída numa primeira abordagem do problema, demandam uma ampliação e maior profundidade na elaboração das reflexões pertinentes. Inclui-se outras categorias como a qualidade de vida, a cidadania e a urbanidade para maior consistência para a estrutura da hospitalidade urbana.

Palavras-chave: Urbano, cidade, categorias de análise, hospitalidade urbana.

1 INTRODUÇÃO: A CIDADE CONTEMPORÂNEA

O desenvolvimento físico e virtual das grandes cidades, em sua contemporaneidade, coloca problemas administrativos, sociais, culturais cada vez mais complexos, diferentes daqueles de períodos anteriores.

Nos últimos 10 anos, dedicamos-nos ao estudo da hospitalidade urbana; apresentamos e desenvolvemos algumas categorias de análise para compreender a cidade contemporânea e suas relações com a hospitalidade, em geral, e a hospitalidade urbana, em particular (Grinover, 2007; Grinover, 2012 – Em processamento de edição na Editora para publicação, sob o título de “A cidade à procura da hospitalidade”).

Essas investigações relacionadas, justamente, com a hospitalidade urbana, apoiam-se quase sempre em conceitos já consolidados, como o fato de que existe, fundamentalmente, o lugar da hospitalidade, que se realiza no acolhimento, no abrigo, no espaço. Espaço esse “que tem significado para nós, que é aquele revestido de uma carga simbólica adquirida através de uma experiência” (Rilke, citado por Bachelard, em “a poética

do espaço”, 2000) dedicado a viver e a atender as necessidades elementares de alojamento, alimentação e calor humano, onde direitos e deveres são claramente explicitados e onde se esclarece a finalidade do refugio, resgatada de expressões medievais das “cidades-refugio”, as “sauvetterres”. Os lugares de hospitalidade são lugares de urbanidade; são lugares abertos a “outros” (Baptista, 2000), pois falar de hospitalidade significa levar em conta as implicações da dupla relação humana com o lugar e com o outro.

Para uma reavaliação objetiva de valores, conceitos e categorias de análise da hospitalidade em espaços urbanos, tais como já analisamos no livro “Hospitalidade, cidade, turismo”, editado em São Paulo pela Aleph, em 2007, a saber, Acessibilidade, legibilidade, identidade, consideramos imprescindível abordar novos temas, novas categorias como, por exemplo, Qualidade de vida, cidadania e urbanidade.

Hoje o cidadão tem dado prioridade a uma maior possibilidade espacial, isto é, a mais escolhas locais que, mesmo significando um gasto maior em termos de tempo e recursos nos deslocamentos cotidianos (residência, trabalho, lazer), tem dado um número maior de escolhas pelo aparecimento de novas formas de mobilidade, de movimentos da sociedade: expansão e fragmentação urbana. As hipóteses conceituais a respeito desta mobilidade, em termos culturais, de modo de vida e sua distribuição espacial, ainda configuram-se em terreno recente e pouco consolidado.

Essas transformações expressam, na verdade, uma recomposição funcional e social dos espaços metropolitanos (Acher, 1995) e dos espaços da hospitalidade (Grinover, 2012). O mesmo Acher toma como hipótese que essas transformações não se resumem a novas denominações para caracterizar um processo ampliado de urbanização – conurbação, urbanização dispersa e urbanização fragmentada, megalópole – mas que constituem um modo de vida e de produção específicos, fundamentados nas novas redes de comunicação e nas novas políticas cotidianas, cada vez mais individualistas. Tudo isso em sobreposição às práticas espaço-temporais, em que o encontro e a convivibilidade se dão nas esquinas das ruas, nos recantos das praças, nos shopping-centers, nas redes da internet. Esse espaço e tempo urbanos articulam e põem em conflito o novo e o velho, o lugar e o mundo, o público e o privado, o trabalho e o ócio, as ordens hegemônicas e as táticas para atravessá-las cotidianamente, os controles informacionais e as práticas comunicacionais. Essa nova dinâmica, com suas manifestações sociais e individuais, estaria, por um lado, provocando transformações no uso do espaço público e, por outro, proporcionando novos espaços de circulação e sociabilidade, opondo-se às tradicionais hierarquias urbanas: os sistemas de circulação e de transporte, o sistema de produção e consumo e o sistema de espaços livres. Estas novas condições sócio-espaciais relativas à megalópole tem influência significativa não somente no uso dos espaços urbanos, mas também na definição de quantidades de localizações e de concepção dos novos espaços destinados às atividades que ocorrem cada vez mais em razão de uma nova mobilidade urbana, mostrando o enfraquecimento do significado dos espaços urbanos tradicionais de encontro, dos espaços públicos.

Diversos pesquisadores (Bernard Huet, Paris; Jordi Borja e Manuel de Solá – Morales, Barcelona; todos participantes de um seminário internacional em São Paulo, na FAUUSP, em 1995), deixam clara sua posição e importância por eles atribuída ao espaço público, enquanto elemento estruturador da cidade.

Para Jordi Borja, o espaço público não é o espaço residual compreendido entre a fachada do edifício e a rua, nem o vazio considerado público apenas por razões jurídicas e/ou ambientais, de um loteamento, por exemplo, mas sim o “espaço cidadão”, espaço urbanístico, cultural e político, cuja configuração espacial, de fundamental relevância, proporciona a forma da cidade.

Já Solá-Morales defende a manutenção e a requalificação de todos os espaços que conformam o cotidiano de uma sociedade independentemente de serem de domínio público ou não. Daí a concepção de Solá-Morales ao dar importância não exclusiva aos espaços públicos, mas sim aos espaços de uso coletivo que conformam a vida cotidiana dos cidadãos, parece-nos colocar a discussão em um patamar mais abrangente e pertinente a essa nova dinâmica megalopolitana, em que as noções de público e privado se transformam e são objeto de questionamentos e redefinições. Os espaços públicos, ou melhor, os espaços que atualmente hospedam a vida pública, berço da estrutura da hospitalidade urbana, - livres ou construídos, de propriedade pública ou privada – dependem das práticas que abrigam, ou ainda, práticas para as quais esses mesmos espaços favorecem a existência.

2 QUALIDADE DE VIDA E HOSPITALIDADE URBANA

A análise da dimensão objetiva e individual da qualidade de vida envolve, primordialmente, os aspectos referentes às condições de vida e, “grosso modo”, a materialidade da vida cotidiana. Discutir, então, a expressão polissêmica “qualidade de vida” exige enfrentar o desafio de conceituá-la e considerar suas múltiplas dimensões. É de fundamental importância considerar, ao mesmo tempo, o planejamento governamental, as políticas públicas e a disponibilização de equipamentos urbanos, seu alcance ou cobertura no âmbito da discussão já que, geralmente, é por seu intermédio que as necessidades humanas objetivas são atendidas. Essa análise pressupõe também considerar a questão do uso e da apropriação dos espaços públicos que dizem respeito a questões de convivibilidade, de sociabilidade, remetendo a alguns aspectos das chamadas necessidades objetivas, afeitas à integração dos indivíduos à sociedade, aos vínculos e contatos com a comunidade, assim como a participação na vida coletiva.

A partir da discussão sobre as necessidades humanas, isto é, do reforço da tese de que a garantia das necessidades básicas está longe de ser suficiente para a qualidade de vida plena ou para uma vida com qualidade, uma proposta poderia ser a de refletir a respeito de como incorporar nas práticas da gestão local algumas alternativas que permitam aos indivíduos compartilhar da opinião de viver em uma “cidade agradável” e como isso seria possível. Uma definição abrangente de “qualidade de vida” é aquela na qual qualidade de vida é o grau de bem estar individual e de grupo, de satisfação, determinada pelas necessidades básicas da população, sendo seu grau de satisfação o elemento definidor dos níveis de qualidade de vida (ver: “Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana”, de Claudete de Castro, Silva Vitte, Tania Margarete M. Keinart, Editora Brasil, Rio de Janeiro, 2009).

A relação que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos de uso, nas condições mais banais e acidentais da vida cotidiana.

Revela-se como espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido pelo indivíduo por meio do corpo, pois é em todos os seus sentidos que o habitante usa o espaço, cria/percebe os referenciais, sente os odores dos lugares, dando-lhes sentido, o que significa que o uso envolve o indivíduo e seus sentidos, seu corpo (Ana F. A. Carlos, 2001).

A cidade pode ser entendida como um espaço concebido, vivido e percebido. Ana Carlos nos lembra que o bairro, a praça, a rua, o pequeno comércio, aproximam os moradores. Tais lugares podem ser mais do que pontos de troca de mercadorias. Eles possibilitam o encontro, reformam a sociabilidade. As paisagens urbanas¹ constituem

¹ Essas paisagens podem ser interpretadas como um produto social, como resultado de uma transformação coletiva da natureza e como apropriação cultural de uma sociedade num espaço determinado, de acordo com o pensamento de Joan Nogué (2007/2009).

então, elementos representativo da qualidade de vida urbana. Acessibilidade, fluidez, limpeza, iluminação, a qualidade das edificações, o tamanho das residências, a presença de áreas verdes e a disponibilidade de necessidades básicas são indicativos de seu grau de satisfação e referenciais para as gestões locais que objetivam a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida. Poderíamos a essa altura sintetizar e considerar a qualidade de vida urbana um elemento sustentador da hospitalidade urbana.

3 A HOSPITALIDADE URBANA E CIDADANIA

Temos certeza que não poderá haver hospitalidade em lugares em que não se apresenta, inicialmente, um dos conceitos, entre os mais antigos da civilização ocidental, como a cidadania. Tema fundamental para entender a hospitalidade como processo sócio-antropológico em espaços urbanos, não podemos deixar de analisá-lo em seus significados históricos e sociais, não havendo dúvidas, ao nosso ver, de que o conceito de cidadania constitui um dos focos da hospitalidade urbana.

Poucos autores, em suas investigações, trataram da cidadania sob o ponto de vista da hospitalidade urbana. Reis (1997) identifica alguns aspectos da cidadania, comuns para diferentes perspectivas e diferentes abordagens. Em primeiro lugar há o aspecto histórico; em segundo lugar, há a referência com a ideia de inclusão versus exclusão; em seguida existe uma tensão permanente entre uma visão de cidadania como “status” e uma visão de cidadania como “identidade”.

A cidadania é claramente um termo associado à vida em sociedade e está intimamente ligada ao desenvolvimento das cidades desde os séculos VIII e VII A.C. Naquele momento a cidadania considerava cidadão só quem era nascido, por exemplo, em terras gregas, podendo assim usufruir de todos os direitos políticos. Em Roma, a situação não era diferente: a sociedade romana era dominada pelos patrícios, os quais detinham a cidadania e os direitos políticos. À plebe, constituída de romanos não-nobres e de estrangeiros, não cabia qualquer direito, a não ser apenas o direito de representação. Mais tarde, o conceito de cidadania passou a se referir a outras esferas que não apenas a política, atingindo os direitos civis e sociais, situando a cidadania também no campo jurídico e moral (Marshall, 1967).

Na alta Idade Média, do século V ao século X, D.C., em razão da índole hierarquizada das estruturas sociais, diluiu-se o princípio da cidadania: o homem ou era vassalo, ou servo, ou soberano, jamais cidadão. Isso perdurou até que se deu a expansão da população e a criação de uma série de cidades no sudoeste da França, em Portugal, na Espanha, Idade Média, no século XI ao século XVI. No contexto medieval, após a fundação dessas cidades novas, o burguês tornou-se o protótipo do cidadão.

Nessa cultura, da qual somos ainda tributários, a ideia de cidadania se confunde um pouco com o desenvolvimento da própria modernidade.

Estabelecida a liberdade aos homens, abolida toda servidão, a “charte de coutumes”² garantia, em nome do rei e dos fundadores daquelas cidades, os elementos sociais e jurídicos do resgate do conceito de cidadania. Abandonado desde a queda do Império Romano, o conceito era desenvolvido sobre a liberdade e a igualdade dos “hospedes”, ou habitantes daquelas cidades (as “bastides”, no sudoeste da França). A partir

² A “Charte de coutumes” era uma característica das “bastides”. Dirigia-se a homens livres e abolia toda servidão. Era uma espécie de constituição um conjunto de leis que se aplicavam aos “Hospedes” e aos administradores das novas cidades; Eram escritas com base no direito consuetudinário. Seus primeiros artigos estabeleciam o regime de liberdade do indivíduo, a supressão de todo imposto de origem feudal; A alienação de bens de todas as dívidas pagas; Liberdade das filhas casarem onde e com quem quisessem; E outros, como as datas das feiras e dos mercados que iam ter lugar na cidade.

dessa época, a cidadania consolida-se com a burguesia. A extensão do significado e da importância social, econômico e política, chega até nossos dias. Desde então, ser cidadão é ser membro de um corpo mais amplo; é pertencer a alguma unidade sócio – econômica – cultural. Ser cidadão é ser identificado com uma nação particular, ter direitos garantidos pelo Estado correspondente. Há outro aspecto a ser analisado: a tensão entre a cidadania como “status” e cidadania como “identidade”: ser cidadão é, de uma maneira mais geral, ser portador de direitos e obrigações, sendo que a ideia de cidadania é uma identidade compartilhada, como são compartilhados territórios, abrigo, alimentação, afeto, na ideia de hospitalidade.

As necessidades teóricas podem continuar por longo tempo, mas hoje, de acordo com Jaime Pinsky (2003) “ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei, e gozar de todos os direitos inerentes a um espaço urbano e a hospitalidade. É também participar dos destinos da sociedade, ser votado, ter direitos políticos”. Esses vão junto com os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo à riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, a saúde, a uma velhice tranquila. Cidadania não é uma definição, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço. Os principais eventos históricos (Revolução Francesa, Revolução Americana e Revolução Industrial) romperam o princípio da legitimidade que vigorava até então, baseado nos deveres dos súditos e passaram a estruturá-lo a partir dos direitos do cidadão. Em linhas gerais, são esses os conceitos que vigoraram e vigoram hoje com relação à cidadania urbana. É oportuno considerar que há cidades hospitaleiras e cidades inóspitas, onde desigualdade e conflitos marcam a configuração dos espaços que se tornam hostis, ilegíveis, inseguros, narrando histórias de violência e exclusão. A procura por hospitalidade parece ser a utopia necessária para nos orientar na reversão e superação dessa situação. Afirmar a cidadania, respeitar o meio ambiente, reduzir a desigualdade, são pontos fundamentais de uma política de hospitalidade.

4 URBANIDADE E HOSPITALIDADE

Vivemos em cidades onde o espaço público é cada vez mais inóspito, marcado por grades nas fachadas dos prédios, extensos muros contornando condomínios, mega shopping – centers, enormes estacionamentos e as áridas freeways urbanas. No meio disso, o que poderia justificar nosso interesse em estudar e discutir a urbanidade? Parece que estaria compartilhado entre essas pessoas, ou pelo menos entre boa parte delas, o entendimento de espaço público como “lócus” de uma cultura urbana compartilhada, fundada em valores coletivos, uma cultura que envolve o convívio com os opostos, envolve diversidade, trocas e, mais do que tudo, o desfrute de uma cidade que tenha espaço urbano como panorama de fundo ativo. Tudo muito ao contrário da atual tendência à segregação em guetos residenciais, profissionais, comerciais e viários. A urbanidade, assim conceituada emerge como um parâmetro maior e abrangente na avaliação da qualidade dos lugares. Uma especificação maior do conceito de urbanidade é a definição dada pelo senso comum. Segundo o dicionário Aurélio, urbanidade é o caráter do urbano. Já para ele, urbano é algo relativo ou pertencente à cidade. Portanto, ao falarmos de urbanidade, por essa definição, estaríamos falando necessariamente da cidade e, mais especificamente, do caráter da cidade.

Entenda-se caráter, segundo a mesma fonte, como o conjunto de qualidades boas ou más, que distinguem algo ou uma pessoa. Urbanidade, portanto, por esse encadeamento conceitual, seria o conjunto de qualidades, boas ou más, que distinguem uma cidade.

O termo urbanidade tem, no entanto, um paralelo, uma definição em sentido figurado, que é aplicada á conduta das pessoas, referindo-se a atributos tais como cortesia, delicadeza, polidez, civilidade. Uma pessoa cortez, educada, será assim uma pessoa dotada de urbanidade e, conseqüentemente de hospitalidade. Esse modo de utilizar o termo é certamente mais conhecido que aquele relacionado aos estudos urbanos que se referem, como vimos acima, às qualidades ou ao caráter do urbano ou da cidade. Falar de urbanidade, ao nos referirmos à cidade, significa falar de uma cidade, ou de um lugar, que acolhe, recebe as pessoas com civilidade, com polidez, com cortesia; estamos, então, falando de um lugar onde se instalou a hospitalidade. Interessa-nos o conceito de urbanidade por entendê-lo, ainda, capaz de descrever de modo sintético o ingrediente que falta em tantas soluções arquitetônicas e urbanísticas projetadas por arquitetos e engenheiros.

Então, o que significa a palavra urbanidade nesse contexto? Utiliza-se o termo em seu sentido tradicional e mais corriqueiro – aquele que se refere à cortesia entre pessoas – só que aplicado a coisas construídas: edifícios, ruas, cidade, edifícios dotados de cortesias, gentis com o corpo; ruas e bairros dotadas de civilidade, e por aí vai. Ou ao contrario, situações espaciais de baixa urbanidade, quer dizer onde o corpo está em lugares abandonados. A urbanidade é composta, portanto, por algo que vem da cidade, da rua, do edifício e que está sendo apropriado, em maior ou menor grau, pelo corpo individual ou coletivo. A urbanidade, assim entendida, estaria precisamente nesse modo de apropriação da situação pelas pessoas, seja na escala do edifício, seja na escala da cidade. Neste contexto, o corpo é naturalmente o parâmetro: O comportamento espacial. A medida da delicadeza, da civilidade, é demonstrada pela conduta do corpo, individual e coletivo, em sua presença ou em sua ausência, em sua postura. Ou seja, a urbanidade está no modo como sua relação espaço/corpo se materializa. Como descrever, então, essa acomodação, ou não, do corpo ao espaço? Quais seriam os componentes especiais determinantes da urbanidade, dessa civilidade? Para essas questões é oportuno elaborar uma circunscrição do conceito de urbanidade que permita alguma operacionalidade em sua utilização como parâmetro de qualidade em arquitetura urbana.

Dessa forma, concluímos e somamos às outras já analisadas, essas novas categorias de análise como instrumentos fundamentais para a compreensão da hospitalidade urbana proporcionando novos elementos de investigação e de propostas para cada vez mais consolidar os aprofundamentos conceituais e práticos e evoluir no trabalho permanente de descobertas sobre esse tema complexo, mas portador de novas perspectivas e novos horizontes.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Douglas. “A urbanidade e a qualidade”, em *Arquitextos*, Revista Vitruvius, Andiz, Março 2012.

ARANTES, Antonio. “A guerra dos lugares: Fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano”. In: “Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia”. Ed. Celta, 1997. (“Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. Nº 23, 1994).

ASCHER, François. *Metapolis ou L’avenir des villes*. Paris: Odile Jacob, 1995.

- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.
- BAPTISTA, Isabel. “*Lugares de hospitalidade*”, in “Hospitalidade-reflexos e perspectivas”, Moraes Dias celia (Coord), São Paulo, Ed. Manole, 2002.
- BARRETO, Margarita. “*Os estudos antropológicos sobre o turismo no Brasil: uma história recente*”. In: GRABURN, N; BARRETO, M; STEIL, C.A.; SANTOS, R. J. In: Turismo e antropologia – novas abordagens. Campinas : Papirus, 2009.
- BRANDÃO, C. “Territorio e desenvolvimento. As multiplas escalas entre o local e o global”. Campinas, Ed. Unicamp, 2007.
- CAMBIAGHI, S. *Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas*. São Paulo, SENAC, 2007.
- CASTELLI, Geraldo. “*Hospitalidade*. Na perspectiva da gastronomia e da hotelaria”. São Paulo : Saraiva, 2005.
- CASTELLO, Lineu. “A percepção do lugar”. Porto Alegre, Editora Propar - UFRGS, 2007.
- CLAUDE CALMETTES. *L'importance des Bastides aujourd'hui*. Villefranche de Ruergue, Cahiers do C.E.B., n. 1, 1992.
- COSTE, M; DE ROUX, A. “*Bastides – Villes Neuves medievales*”. Rempart, Desclê e de BOROUWER, 2007.
- COUVRE, Maria de L. M. *O que é Cidadania?*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DERRIDA, Jacques. Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade, São Paulo, Escuta, 2003.
- FERRARA, Lucrecia. *Leituras sem palavras*. São Paulo: Ática, 2002.
- GASTAL, Susana. *Alegorias urbanas – o passado como subterfúgio*. Campinas: Papirus, 2006.
- GILLES, Bernard. *L'aventure des bastides*. Toulouse, 2003.
- GOTMAN, Anne. *Le sens de l'hospitalité*. Paris, PUF, 2001.
- GRINOVER, Lucio. *A hospitalidade, a cidade e o turismo*. São Paulo: Aleph, 2007.
- GRINOVER, Lucio. *A hospitalidade na perspectiva da cidade contemporânea*. In II Colóquio Internacional em Hospitalidade: rostos e lugares de hospitalidade. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2009.
- HEERS, Jacques. *La ville au moyen âge*. Paris, Hachette, 2007.
- LE GOFF, J. *A civilização do ocidente medieval*. Bauru: EDUSP, 2006.
- LEONARD-Raquel, V., *Cidade refúgio – a urb ideal*, en “O livro da hospitalidade”, São Paulo, SENAC, 2001.
- LEWIS MUNFORD, “A Cidade na História, suas origens, transformações e perspectivas”, São Paulo, Martins Fontes, 1998, 4ª Edição.
- LIPOVETSKY, Gilles e Charles, Sebastien, “Os tempos hipermodernos”, São Paulo, Ed. Barcarolla, 2004.

- LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- LYOTARD, Jean-François. *La condition postmoderne*. Paris: Ed. Minuit, 1979. (A condição pós-moderna. 9 col. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006).
- MARSHALL, T. H. “Cidadania, Classe Social e Status”. – Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MATURANA, Humberto. “*Emoções e linguagem na educação*”. Belo Horizonte, UFMG, 1998.
- MAUSS, M. Essai sur Le Don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. In: *Sociologie et Anthropologie*. Paris: PUF, 1933.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2001.
- MILON, A., “Uma transhospitalidade”, em Montandon, Alain. “O livro da hospitalidade-acolhida do estrangeiro na história e na cultura”, São Paulo, SENAC, 2011.
- MONTANDON, Alain. *Hospitalités: Hier, aujourd'hui, ailleurs*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires. Blaise Pascal, 2004.
- MONTANDON, Alain., (org.) “O livro da hospitalidade-acolhida do estrangeiro na história e nas culturas”, São Paulo, SENAC, 2001.
- MUNFORD, L., “*A cultura das cidades*”, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1961.
- ODON DE SAINT-BLANQUAT, *Qu'est-ce qu'une bastide?* Villefranche de Ruerge por Cahiers do C.E.B., n. 1, 1992.
- PANOSSO, A.N., “*Experiência e turismo: uma união possível*” em PANOSSO, A.; GAETA, C. (Orgs) “*Turismo de experiência*”, São Paulo, SENAC, 2010.
- PIERCE, C. S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- PINE, B. J. GILMORE, J. H. *The experience economy*. Boston, Harvard Business School Press, 1999.
- PINSKY, J.; PINSKY, C. B. “História da Cidadania”. – São Paulo: Contexto, 2003.
- PIRENNE, Henri. *A cidades da Idade Média*. Portugal: Ed. Europa-America, 2009.
- PRADO, Adriana R. de Almeida; LOPES, Maria E.; ORSTEIN, Sheila W. (orgs), *Desenho universal-Caminhos da acessibilidade no Brasil*. São Paulo, Anna Blume 2010.
- PREISER, W. F. E.; OSTROFF, S., “*Universal design handbook*”, New York, Mac Graw Hill, 2001.
- REIS, E. “Cidadania: história, teoria e utopia”. – Rio de Janeiro. Seminário Internacional Justiça e Cidadania. 1997.
- SANTANA, M. S. de. *O que é cidadania*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- SECCHI, B. A cidade do século XX. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEYDOUX, J. *De l'hospitalité à l'accueil*. Denge: Deltaspes, 1983.
- VEYRIES, Gérard. *Histoire d'une bastide*. Lisle-sur-Tarn. Mairie de Lisle-sur-Tarn. 1998.

HOSPITALITY, QUALITY OF LIFE, CITIZENSHIP, URBANITY: NEW AND OLD CATEGORIES FOR UNDERSTANDING OF URBAN HOSPITALITY

Abstract

The essay intends to put on debate the basic elements and components to understand the city as place of urban hospitality. Also wishes to show the genesis of contemporary city and categories of analysis that, from accessibility, readability and identity, established from first approach to the problem, call for an enlargement and greater depth in the preparation of appropriate reflexions. On includes other categories such quality of life, citizenship and urbanity, searching more consistency for urban hospitality structure.

Keywords: Urban, city, categories of analysis, urban hospitality.

Artigo recebido em 20/01/2013. Aceito para publicação em 21/03/2013.